

Excelentíssimo Senhor Ministro-Presidente do Tribunal de Contas da União,

Com fundamento no artigo 81, inciso I, da Lei 8.443/1992, e no artigo 237, inciso VII, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, aprovado pela Resolução 155/2002, o Ministério Público junto ao TCU oferece

REPRESENTAÇÃO

com vistas a que essa Corte de Contas proceda à adoção das medidas de sua competência necessárias **a atuar junto à Câmara dos Deputados diante dos recentes fatos relacionados à apuração da morte de Marielle Franco e, em caso de decisão de manutenção da prisão do deputado federal Chiquinho Brazão, suspender o pagamento da remuneração mensal do acusado.**

- II -

O caso Marielle é emblemático em nosso país. Trata-se do assassinato de Marielle Franco, uma vereadora do Rio de Janeiro, e de seu motorista, Anderson Gomes, que ocorreu em 14 de março de 2018.

Marielle Franco era uma política, feminista, socióloga e defensora dos direitos humanos, conhecida por sua luta contra a violência policial e pelos direitos das mulheres e da população LGBT. Ela era membro do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e foi a quinta vereadora mais votada nas eleições municipais do Rio de Janeiro em 2016.

Por diversas questões, esse triste episódio ganhou destaque nos jornais brasileiros. Apenas a título de exemplificação, poderia falar que foi um atentado à democracia, haja vista envolver a morte de uma política em exercício de mandato. Além disso, a figura envolvida relacionava-se com diversas causas de minorias. Por fim, por anos, o país restou sem respostas sobre o quê de fato aconteceu, gerando sensação de impunidade e desconfiança em relação às instituições de justiça do país.

Ao que parece, felizmente, o caso foi solucionado. Nesse sentido, convém notar que após conclusões da Polícia Federal, foram apontados os irmãos Domingos e Chiquinho Brazão como mandantes do assassinato.

PF aponta irmãos Brazão como mandantes da morte de Marielle

A Polícia Federal (PF) concluiu que os irmãos Domingos e Chiquinho Brazão contrataram o ex-policial militar Ronnie Lessa para executar a vereadora Marielle Franco, em 2018. Na ocasião, o motorista dela, Anderson Gomes, também foi morto. A conclusão está no relatório final da investigação, divulgado após o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), retirar o sigilo do inquérito.

Domingos Brazão, conselheiro do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro, e Chiquinho Brazão, deputado federal, [foram presos na manhã de hoje por determinação de Moraes](#).

Para a PF, o assassinato de Marielle está relacionado ao posicionamento contrário da parlamentar aos interesses do grupo político liderado pelos irmãos Brazão, que tem ligação com questões fundiárias em áreas controladas por milícias no Rio,

“Os indícios de autoria mediata que recaem sobre os irmãos Domingos Inácio Brazão e José Francisco Brazão são eloquentes. Com base na dinâmica narrada pelo executor Ronnie Lessa e pelos elementos de convicção angariados durante a fase de corroboração de suas declarações, extrai-se que os irmãos contrataram dois serviços para a consecução do homicídio da então vereadora Marielle Franco”, disse a PF no relatório.

No documento, os investigadores mostram que o plano para executar Marielle contou com a participação de [Rivaldo Barbosa, ex-chefe da Polícia Civil do Rio](#). Segundo a PF, Rivaldo “planejou meticulosamente” o crime. Barbosa também foi preso na operação desta manhã.

“Se mostra indubitável a conclusão de que Rivaldo Barbosa instalou na diretoria de divisão de homicídios um verdadeiro balcão de negócios destinado a negociatas que envolviam a omissão deliberada ou o direcionamento de investigações para pessoas que se sabiam inocentes. Para tanto, Rivaldo fez negócio com contraventores, milicianos e, como se vê no caso em tela, políticos, no afã de se locupletar financeira e politicamente”, afirmam os investigadores.

Planejamento

Durante as investigações, a PF avaliou provas e os depoimentos de delação dos ex-policiais Ronnie Lessa e Elcio Queiroz para finalizar o detalhamento dos primeiros passos do planejamento do assassinato.

Conforme o relatório, as tratativas ocorreram de forma clandestina e em breves encontros em locais desertos.

A primeira reunião ocorreu em 2017, quando, segundo a PF, os irmãos Brazão contrataram Edmilson Macalé, pessoa identificada como miliciano que atua na Zona Oeste do Rio e próximo aos mandantes.

Em seguida, Macalé convidou Ronnie Lessa para participar da empreitada criminosa, e as armas e os veículos usados no crime foram providenciados.

“Diante do teor da proposta, Macalé convidou Ronnie Lessa, notório sicário carioca, para a empreitada criminosa que, seduzido pela possibilidade de se tornar um miliciano detentor de uma extensa margem territorial, aceitou o convite e ambos foram à primeira reunião com os irmãos”, detalhou a investigação.¹

Os irmãos são pessoas influentes e com cargos de destaque, sendo um Deputado Federal e outro Conselheiro do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro (TCE-RJ).

De certo, os Tribunais de Contas possuem autonomia e independência no julgamento das matérias sob sua exclusiva jurisdição. Sendo assim, não há qualquer relação entre o TCE-RJ e o TCU. Aquele órgão é estadual, enquanto o TCU é federal.

Ainda assim, convém destacar que estamos diante de um Deputado Federal que teve sua prisão decretada. **Após a Polícia Federal (PF) e o Ministério Público Federal (MPF) cumprir os mandados de busca e apreensão e de prisão, entendo que resta prejudicado o exercício do cargo, devendo ser suspenso o pagamento da remuneração mensal do deputado federal.**

Por ser deputado federal, Chiquinho Brazão dependerá de decisão do plenário da Câmara dos Deputados sobre a manutenção da prisão. Por determinação do artigo 53 da Constituição Federal, os parlamentares federais só podem ser presos se houver flagrante de crime inafiançável. Por conta disso, os autos do processo envolvendo Brazão deverão ser remetidos à Casa dentro de 24 horas, portanto, até hoje.

Por fim, ressalto que já fui servidor concursado da Câmara dos Deputados e, portanto, tenho conhecimento de que o pagamento do mês é realizado antecipadamente. Nesse ponto, a meu ver, **é cabível determinação de que haja a**

¹ Disponível em: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2024-03/pf-aponta-irmaos-brazao-como-mandantes-da-morte-de-marielle>>. Acesso em 25.03.2024.

restituição do valor proporcional pago antecipadamente referente aos dias do mês após o cumprimento do mandado de prisão.

- III -

Ante o exposto, este representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, com fulcro no artigo 81, inciso I, da Lei 8.443/1992, e no artigo 237, inciso VII, do Regimento Interno do TCU, requer à Corte de Contas que adote as medidas de sua competência necessárias a:

- a) Atuar junto à Câmara dos Deputados e, em caso de decisão de manutenção da prisão do deputado federal Chiquinho Brazão, determinar que a Câmara dos Deputados suspenda o pagamento da remuneração mensal acusado de ser o mandante da morte de Marielle Franco;
- b) Determinar que o deputado federal Chiquinho Brazão restitua o valor proporcional pago antecipadamente referente aos dias do mês após o cumprimento do mandado de prisão, caso haja a manutenção de sua prisão e;
- c) Encaminhar cópia da presente representação e da decisão que vier a ser proferida ao Presidente da Câmara dos Deputados e ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE/RJ).

Ministério Público, em 25 de março de 2024.

[assinado eletronicamente]

Lucas Rocha Furtado
Subprocurador-Geral